

É POSSÍVEL CONCEBER UM FUTURO PÓS-NEOLIBERAL?

POR

Vítor Oliveira Jorge¹

"(...) o meu objectivo (...) não é procurar marcar pontos narcísicos contra os outros, mas o que me importa (...) é a própria Coisa, a saber, as (im)possibilidades de um pensamento e de uma prática política radical hoje."

Slavoj Žižek²

"A exposição é o lugar da política. Se não existe, talvez, política animal, é unicamente porque os animais, que sem cessar vivem no aberto, não procuram apropriar-se da sua [deles] exposição e permanecem simplesmente nela sem disso cuidar. É por isso que não se interessam pelos espelhos, pela imagem enquanto imagem. O homem, pelo contrário, querendo reconhecer-se – apropriar a sua própria aparência –, separa as imagens das coisas, dá-lhes um nome. Assim, transforma o aberto num mundo, no campo de uma luta política sem quartel. Esta luta, cujo objecto é a verdade, designa-se História."

Giorgio Agamben³

Resumo: Como é bem sabido, nos anos 30 do século XX, o pensamento capitalista começou a desenvolver novas possibilidades de resolver as "crises" intrínsecas ao seu sistema. Uma dessas possibilidades foi a neoliberal, hoje dominante. Trata-se de uma forma inédita de concentração do capital, cuja modalidade mais recente impôs a "austeridade" e a ideologia culpabilizante da "dívida" a partir de entidades superiores aos estados, para, basicamente, extorquir às populações os seus rendimentos, concentrando os benefícios numa minoria. Como imaginar uma solução para tão sistémico e globalizado problema? Não existe "uma" solução; essa inexistência é precisamente uma das características deste fenómeno: o fechamento do horizonte das alternativas. A "democracia" é hoje, onde é praticada, e basicamente, um modelo de gestão corrente, sobrevoado a um nível global por uma ideologia que é anti-comunitária. Mas existe ainda a possibilidade de pensar, de dialogar, e de criar momentos e ocasiões de contra-hegemonia, tentando recuperar a ideia do que seria uma sociedade voltada para o bem comum, em vez do lucro individual.

Palavras-chave: neoliberalismo; pós-neoliberalismo; pensamento crítico.

¹ Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL. vitor.oliveirajorge@gmail.com

² In Judith Butler *et al.* (2017), p. 121.

³ In Agamben (2002), p. 105.

Abstract: As it is well known, in the 1930s capitalist thought began to develop new possibilities for resolving the "crises" intrinsic to its system. One of these possibilities was the neoliberal, now dominant. This is an unprecedented form of concentration of capital, whose most recent modality has imposed "austerity", and the ideology of guilty "debt", from entities superior to the states, in order to basically extort the income of the populations, concentrating the benefits in a minority. How to imagine a solution to such a systemic and globalized problem? There is no "one" solution; this inexistence is precisely one of the characteristics of this phenomenon: the closure of the horizon of alternatives. "Democracy" is today, where it is practiced, basically a model of current management, overlaid on a global level by an ideology that is anti-communitarian. But there is still the possibility of thinking, of dialogue, and of creating moments and occasions of counter-hegemony, trying to recover the idea of what would be a society focused on the common good, instead of individual profit.

Keywords: neoliberalism; post-neoliberalism; critical thought.

0. INTRODUÇÃO

O tema deste colóquio, extremamente amplo, pois envolve toda a filosofia política, poderia desdobrar-se numa série infinita de outras reuniões temáticas, e o apertado limite do texto não me permitirá abordar senão alguns tópicos, de modo muito parcial.

No seu livrinho "La Guerre Civile. Pour Une Théorie Politique de la Stasis", Agamben formula, numa primeira parte, uma teoria da guerra civil, quer na Grécia clássica, de onde parte, quer – como sempre na sua obra – enquanto matriz de algo de muito mais atual e próprio da nossa cultura ocidental. Crucial é entender que, com o capitalismo globalizado e sua outra face, o terrorismo igualmente global, a "guerra civil" se tornou mundial. De tal modo que o autor se pergunta, numa advertência inicial (p. 9), se o sentido dos dois ensaios reunidos no livro se mantém nesse novo contexto.⁴ A questão do primeiro ensaio do livro consiste em saber quais as relações entre a *zoe* [vida nua, reduzida por assim dizer ao seu metabolismo básico] e o *oikos* [a casa, o lar, o doméstico], por um lado, e por outro a *polis* e a *bios* [vida qualificada, política] [cf. op. cit., p. 20]. Qual o papel da *stasis* [guerra civil, guerra intestina] ao nível da cidade e do lar, e qual a relação de tudo isso com a política, com a vida da *polis*? Eis a questão que se torna difícil de resumir aqui em todo o seu articulado, mas o que importa sublinhar é que, para Agamben, a possibilidade da *stasis* não reside nem no seio da família, no *oikos*, nem no da cidade, na *polis*, mas mais propriamente entre os dois, numa tensão em que ora o *oikos* se politiza, ora a *polis* se "economiza" (cf. ib., p. 23)⁵. Assim, explica o autor, a guerra civil é um limiar, o qual (ib.) "*(...) funciona como um limiar de politização ou de despolitização, através do qual a casa se excede em cidade [se politiza em cidadania] e a cidade se despolitiza em família.*" [em solidariedade familiar, como noutra ponto do texto se precisa]. E, mais adiante (ib., p. 29), o autor formula a ideia assim: "O que está em jogo entre *oikos* e *polis* é a constituição de um limiar

⁴ Parece que tal advertência é da natureza de uma quase ironia, porque de outro modo o autor não teria publicado os textos, pelo menos sob o mesmo livro, com teses, segundo ele mesmo, "(...) que identificam na guerra civil o limiar da politização fundamental do Ocidente e na "ademia", quer dizer, na ausência de um povo, o elemento constitutivo do Estado moderno (...)".

⁵ Como é bem sabido, economia deriva de *oikonomia*, o "governo" ou gestão da casa.

de indiferença, em que a política e a impolítica, o fora e o dentro coincidem. Devemos pois conceber a política como um campo de forças cujos extremos são o *oikos* e a *polis*: entre eles, a guerra civil marca o limiar pelo qual o impolítico se politiza e o político se “economiza”. Quer dizer, a *stasis* funciona como um operador fundamental nos equilíbrios e desequilíbrios da cidade, resumindo-se a política a esse campo de tensões entre a politização e a despolitização, a família e a cidade. Longe de serem dois polos separados, família e cidade existem nessa relação tensional, uma atuando sobre a outra pela intermediação da *stasis*, conforme as situações: despolitização da cidade tornada de certo modo casa, ou, inversamente, politização da casa em função da cidade. Esta estrutura da Grécia clássica perdura – é a tese de Agamben – nos dias de hoje. E por isso ele pode escrever (op. cit., p. 30): “(...) é provável que enquanto as palavras família e cidade, privado e público, economia e política tiverem sentido, por flutuante que ele seja, a guerra civil não possa ser afastada da cena política do Ocidente.” A questão é que estamos actualmente perante uma realidade globalizada, dominada pela economia, quer seja ao nível da “casa Europa”, quer ao da “casa mundo”. E, nesse quadro, a guerra civil, diz-nos o autor, assume a nova forma de terrorismo, e já se não situa no limiar tradicional, mas antes aparece sob a forma do terror, da “guerra civil mundial” (cf. op. cit., p. 30), que corresponde evidentemente ao capitalismo generalizado, sendo ambos as duas faces da mesma moeda, acrescentaria eu, dois nomes do terror: a opressão exercida sobre os sem-nada (ou sobre os que, ressentidos, como tal se imaginam...) e a revolta enlouquecida e imprevisível, suicida, destes últimos, contra os poucos com-tudo. O que arrasta, como todo o terrorismo (em ambas as faces) milhões de seres humanos para a morte. Guerra civil mundial sem fim à vista, pois. Perante isto, uma das características óbvias do momento da história que atravessamos⁶ consiste na prática impossibilidade de conceber um futuro credível para uma alternativa à política e, em geral, à ideologia global e globalizada que com ela faz corpo. Apesar das inúmeras tentativas de múltiplos autores, e atores sociais, nesse sentido, não existe um “modelo” de comunidade, e consequentemente uma estratégia e uma tática, uma praxis consequente, que vá no sentido da concretização desse utópico objetivo, nem muito menos se vê qual a base social de apoio que poderia ter uma alternativa realmente progressista e global (no sentido de uma reversão radical do existente, se é que tal utopia tem ainda sentido) ao estado de coisas atual. Estas afirmações implicam certos conceitos e pressupostos que seria crucial debater e esclarecer: povo, democracia, neoliberalismo, e a ideia da necessidade urgente (e todavia difícil de imaginar) dessa alteração estrutural do modelo de sociedade e de ideologia em que estamos imersos. A qual exige, penso, a refundação do materialismo dialéctico. Assim, a minha proposta é a de que essa é a única maneira da humanidade se tentar salvar, apesar da óbvia dificuldade em concretizarmos um novo materialismo, uma nova visão da dialética, como alavancas da emancipação humana, e nos termos que os nossos oponentes, em contra-ataque, imediatamente formulam: “como é que vocês fazem isso na prática?”...⁷ Seja como for, para múltiplos autores e para mim também, não

⁶ A fase neoliberal do capitalismo, a qual começou a implementar-se nas últimas três décadas do século passado.

⁷ Convém prevenir que qualquer das afirmações que faço e farei, pretendendo ter rigor, e expor-se ao debate, não visam apresentar-se com a máscara “científica” com que frequentemente se pretende impor certas realidades e conceitos como indiscutíveis. Toda a produção humana é histórica, discutível, contingente, mas evidentemente não casual, dependendo de opções políticas e de pressupostos ideológicos que é importante esclarecer, tanto mais que normalmente o que procura mostrar-se como evidente por si (objetivo, factual, racional, etc.) não passa do produto de uma retórica ideológica de tentativa de esmagamento

há dúvida de que, se o neoliberalismo continuar a sua trajetória, começada a pensar entre as duas guerras mundiais, e posta em prática, como aludi, a partir dos anos 70/80 do século passado, caminhamos para o desastre ecológico e humanitário total, senão mesmo para a guerra final. Ou seja, encontramos-nos num momento em que a palavra “apocalipse” tem mesmo sentido real, prático se quisermos. Mas, e paradoxalmente, não vemos facilmente, como todos sabemos e já sugeri, neste momento, qualquer alternativa global credível para combater este problema, que é de toda a humanidade. De modo que nos encontramos num beco sem saída.⁸ Aqui é oportuno citar Slavoj Žižek, logo no início do seu pertinente livro “A Coragem do Desespero” (p. 14), quando afirma: “A verdadeira coragem não é imaginarmos uma alternativa, mas aceitarmos as consequências do facto de não haver qualquer alternativa claramente discernível: o sonho de uma alternativa é um sintoma de cobardia teórica, funcionando como um fetiche que nos impede de pensarmos até ao fim o beco sem saída da nossa situação.” De facto, as opções, eminentemente históricas, tanto quanto político-filosóficas, em cima da mesa, são muito simples de enunciar, tão transparente e extremada, radical, se tornou a situação, hoje, e concomitantemente a compreensão crítica do presente em que estamos embutidos, a percepção nítida de dois futuros alternativos que se nos antolham e que precisamos de re-conceptualizar. 1 – O prosseguimento do neoliberalismo e do pós-modernismo, como sua ideologia cultural (no sentido amplo de cultural); 2 – Em alternativa, o esforço (im)possível, paradoxal, de imaginar e de recomeçar a construir algo totalmente diferente, e que passa pela aceitação da realidade (mais nítida do que nunca, embora com novas feições) de formas sofisticadas da “luta de classes”, com a “coragem do desespero” que é todo o autêntico pensamento (expressão que Žižek – op. cit., ib. – vai buscar a Agamben), perante a proximidade da catástrofe. A radicalização da revolução capitalista (no sentido da superação da social-democracia e dos benefícios repartidos do Estado social) e a tentativa da sua reversão, qualquer que ela seja, trará sempre, para além de um mero antagonismo, inevitável violência; mas violência (de diversos tipos, com maior ou menor visibilidade) é a situação que está já instalada, todos os dias, mesmo (e até talvez sobretudo) na aparente “normalidade” do nosso quotidiano, como todos, mais ou menos, sabemos, ou intuímos. Trata-se de um ataque sem precedentes à humanidade no seu conjunto, em seus direitos e dignidade, em benefício de uma escassa minoria. Porém, uma situação de impasse implica, não a ação precipitada e desconcertada, mas antes de tudo parar para pensar; e, para podermos pensar claramente, começemos então por enunciar brevemente alguns tópicos a partir dos quais o pensamento se pode estruturar em argumento fiável, digno de atenção e discussão. Referir-me-ei aqui, parcial e sucintamente, apenas a três desses tópicos: 1. povo; 2. democracia; 3. neoliberalismo.

apriorístico do contraditório, ou seja, de hegemonização. É claro que o pensamento – mesmo o científico mais abstracto ou o filosófico mais depurado – é uma forma de política por outros meios. Portanto, insere-se num “campo de disputa”, por assim dizer, sendo que o atual verdadeiro “campo de disputa” decorre da tentativa de vislumbrar o que poderá ser uma solução para os problemas aparentemente insolúveis da situação em que nos encontramos: tragédia ecológica, tragédia social dos refugiados e excluídos, tragédia das economias de guerra e reemergência de populismos, totalitarismos, e imperialismos, tragédia cultural da transformação do espírito em mercadoria, etc., etc.

⁸ Atrevo-me mesmo a dizer que quem não pense ou sinta isso mesmo, quem não subjetive, por qualquer processo de ignorância ou denegação, que estamos num beco sem saída, é ingénuo(a), e mesmo que provido(a) das “melhores intenções” é objetivamente colaborante com a trajetória perigosa, ia a dizer suicidária, que está em curso. Infelizmente, a maior parte das pessoas, pelo menos nas nossas sociedades mais “confortáveis”, parecem presas por este desejo de denegação.

1. POVO⁹

No livro “Moyens Sans Fins. Notes sur la Politique”, Agamben inclui um texto curto, mas, como todos os restantes, iluminado, que intitula “O que é um povo?” (pp. 39-46). Tal como acontece com o conceito de democracia, o autor mostra-nos aí algo que tem sido abordado por muitos: o carácter ambíguo, duplo, da semântica da palavra, pois que ela designa, simultaneamente, o conjunto da população que, pelo menos a partir da época moderna, é teoricamente o sujeito da política, e, ao mesmo tempo, uma parte dessa totalidade, constituída pela fração mais pobre e menos escolarizada, em muitos aspectos mesmo excluída, da mesma: esse povo que às vezes é designado algo pejorativamente por “povinho”, povo miúdo, etc. Povo é assim, escreve, não uma entidade unificada, mas “(...) uma oscilação dialética entre dois polos opostos (...)”. (p. 41); e essa divisão reflete afinal a realidade dupla das categorias que atravessa o corpo biopolítico: vida nua (*zoe*, vida reduzida à subsistência) dos mais descategorizados e excluídos, e *bios*, vida dos incluídos na condução dos destinos da *polis*. Povo com minúscula, incluído através de uma exclusão, Povo com maiúscula – eis o paradoxo do conceito. Esta cisão, ou “guerra civil” potencial, que tem sempre existido na civilização ocidental de diferentes modos, é afinal aquilo que, como Agamben lembra – como se fora preciso – Marx teorizou sob a expressão “luta de classes”. Toda a força dessa visão residia na ideia de redenção futura, em que finalmente, através de um processo revolucionário, os dois “povos” que constituem o povo haveriam de coincidir por forma a tal palavra/realidade (como aliás a da existência do Estado, elemento opressor) se diluir numa inexistência, num sem-sentido (cf. op. cit., p. 42). Este projeto de uma realidade popular não fracturada, explica-nos depois Agamben, está também presente no biopoder moderno, ao exercer-se sobre uma população de forma (teoricamente) homogénea, através da satisfação de “direitos fundamentais” (que as próprias pessoas reclamam, é claro). E encontrou o seu clímax no ideário extremo nazi, que identificava como “povo” intruso, não incluído, biopoliticamente “contaminante”, a figura idealizada do judeu, cujo extermínio, através da “solução final”, seria um serviço prestado a todos os verdadeiros europeus: extirpar o corpo estranho que mantinha o carácter dividido, cindido, da população. Depois, foi a solução social-democrata que se lhe seguiu, e que, de modo bem diferente, por certo, igualmente procurou, através da ideia de desenvolvimento, uma certa unificação das massas (hoje todas subsumidas pela ideia de consumidores), não só europeias, como dos países eufemisticamente designados “em vias de desenvolvimento”. A ideia de desenvolvimento é, pois, mais uma fórmula – explica-nos Agamben – para colmatar a brecha entre Povo e povo(s). É claro que só uma política que de facto acabasse com tal brecha biopolítica poderia, finalmente, criar a realidade de um povo único soberano. Mais recentemente, na segunda parte do livro “La Guerre Civile. Pour une Théorie Politique de la Stasis”, intitulada “Léviathan et Béhémot” (pp. 33-72), Agamben aborda a bem conhecida obra de Hobbes, “Leviatã” (1651), como é sabido uma das bases da filosofia política moderna. Aí traz à colação novamente este conceito particularmente ambíguo e/ou polissémico, fundamental na tradição política ocidental, como refere (pp. 54-55), que é o de “povo”. Resumo as ideias fundamentais que aqui nos importam. Hobbes distingue (noutra obra) “povo” de “multidão”. O papel destes dois elementos varia

⁹ Povo, plebe, população, turba, multidão, população, populismo, etc. – eis uma (muito incompleta) lista de tópicos, mutuamente conectados, para um outro (longo) debate.

conforme se trate de uma monarquia, de uma democracia, ou de uma aristocracia. Na monarquia os súbditos são a multidão, e o rei, na medida em que incorpora a vontade geral, "(...) é constituído (...) pelos corpos dos súbditos" (op. cit., p. 49) e portanto é ele próprio o povo; neste sentido, o povo-rei distingue-se da multidão que, desunida, pré-existe àquele (ao rei). Se há um interregno do poder real, a multidão, que continua a existir, dissolve-se após uma nova designação real. O povo é assim uma realidade soberana um pouco estranha, porque, como multidão, ou existe enquanto multidão desunida ou como multidão dissolvida; e, esta última realidade, a multidão dissolvida, é a que permanece e a que é susceptível de dar lugar a uma guerra civil. Quanto ao povo, ele transfere¹⁰ o poder soberano, e nesse mesmo momento dissolve-se, desaparece, o que significa que a sua existência é efêmera. Quando, na monarquia, a sequência: multidão desunida – povo-rei – multidão dissolvida, se quebra, "(...) a tentativa de regressar ao estado inicial corresponde à guerra civil." (ib., p. 51). Portanto, se a multidão, apesar de existir sempre, não tem verdadeiro significado político, e não é representável (apenas, "ela é o elemento impolítico sobre cuja exclusão se funda a cidade" – ib., p. 52), o povo, esse, também desaparece subsumido pelo soberano, pelo rei. Vimos já no texto anterior de Agamben como o povo é uma realidade bífida, contraditória. E aqui o autor volta ao mesmo tema, precisando essa tradição ocidental, que se cristaliza particularmente, pela primeira vez, na obra de Hobbes. "O conceito de "povo" contém pois – escreve o autor (ib., p. 55) – uma cisão interna, que, dividindo-o sempre em povo e multidão, demos e plethos, população e povo, "povo graúdo" e "povo miúdo", impede que ele possa estar integralmente presente como um todo." E o filósofo italiano resume: "*O povo é portanto o absolutamente presente que, enquanto tal, não pode jamais estar presente e consequentemente só pode ser representado*". Se, a partir do termo grego que designa o povo, demos, nós chamamos ademia à ausência de povo, então o estado hobbesiano, como qualquer Estado, vive em condição de ademia perpétua." (ib., p. 56). Há pois um "povo" enquanto conjunto de pessoas que apenas está ligado pelo mesmo lugar que habita (multidão), e, por outro lado, um "povo", quer visto como pessoa só, quer como assembleia, dotado de alguma "personalidade jurídica", quer dizer, integrado no corpo do rei ou do Estado (id., ib.). E Agamben faz notar que já está aqui em embrião a distinção foucaultiana entre povo e população, típica da sua concepção de sistema biopolítico moderno.¹¹

2. DEMOCRACIA

Se se pudesse hoje reformular o próprio título/tema deste colóquio, provavelmente não teria proposto, do modo como o fiz, o uso da palavra/conceito de "democracia". Pelo menos tê-lo-ia usado cheio de aspas. Tal é a profunda ambiguidade constitutiva dessa noção, todavia invocada como um bem a cada momento, nos discursos correntes, face aos totalitarismos, aos populismos, etc., etc. Entre

¹⁰ Aliás, em qualquer das três formas de governo, sendo que na democracia e na aristocracia isso se realiza em favor da assembleia.

¹¹ Como é sabido, Foucault tratará sobretudo de "população" (tema que não poderei abordar aqui), pouco usando na sua obra o ambíguo conceito de povo. Seria muito interessante desenvolver também o que se entende por "populismo", etc., mas o espaço não chega.

muitos, um livro bastante esclarecedor sobre este assunto, publicado em 2009, intitula-se “Démocratie, dans Quel État?”, e nele colaboram várias figuras importantes, como Agamben, Badiou, Žižek, e outros. E o editor, tanto no início, como na contra-capa do livro, afirma que apesar de tudo a palavra “democracia” não deve ser “abandonada ao inimigo” (pressuponho que seja o inimigo da “esquerda plural” cujas posições diversas o livro expressa) “porque ela continua a servir de pivot em torno do qual circulam, desde Platão, as controvérsias mais essenciais sobre a política.” Agamben mostra logo, na sua contribuição de abertura desse livro (pp. 9-13), que a democracia é “anfibólica”, isto é, refere-se ora a uma constituição do corpo político (questão, como ele diz, de direito público, ou de legitimação do poder), ora a uma técnica de governo, um problema, também como explicita, de prática administrativa, ou seja, de gestão corrente. E acrescenta que essa dualidade elide um terceiro elemento, todavia fundamental, o poder supremo, ou soberano, que os gregos designavam *kyrion*. De modo que como a soberania popular tem sido progressivamente esvaziada de conteúdo (primeiro aspecto referido), então é o segundo aspecto (gestão, predominância do poder executivo) que domina. O centro deste sistema está vazio, não há a articulação do antigo *kyrion* entre os dois aspectos, porque é esse vazio que abre o campo da política, a qual é sempre a disputa sobre o ingovernável. E acrescenta que num livro seu (“O Reino e a Glória”, ed. fr., 2008) mostrou como a máquina da governamentação é dupla, cindida, e como ela substituiu, aliás na esteira de uma longa tradição ocidental, que vem da teologia, a questão da soberania pelo governo, a presença de Deus pela do anjo, o rei pelo ministro, a lei pela polícia. Logo a seguir, no mesmo livro, Badiou (ib., pp. 15-25), num texto fabuloso e hilariante, propõe-se destituir o “emblema democrático”, esse “axioma”, como diz, sob o qual se reveem as mais distintas posições. E depois de mostrar como já Platão se preocupava com essas questões, acaba, a rematar, por se reportar ao sentido originário da palavra “democracia”. E escreve que esse sentido diz respeito “(...) à existência dos povos, concebida como poder sobre si próprios. A política imanente ao povo, como processo aberto de depauperamento do Estado. Vê-se então claramente que não temos a chance de continuar a ser verdadeiros democratas, e portanto pessoas homogêneas em relação à vida histórica dos povos, senão tornando-nos de novo comunistas, segundo formas que hoje lentamente se inventam.” (ib, p. 25). A fechar o livro, organizado por ordem alfabética dos autores dos capítulos, o texto de Žižek glosa como é seu hábito alguns dos seus tópicos preferidos¹² de uma forma extremamente penetrante. Um aspecto muito importante do seu pensamento é o acentuar do carácter superegóico obsceno do poder, nomeadamente do poder político¹³. E escreve (op. cit., p. 143): “Este excesso obsceno é um elemento constitutivo necessário à noção de soberania. A assimetria é assim estrutural, por outras palavras, a lei não pode manter a sua autoridade sem que os sujeitos nela ouçam o eco da auto-asserção obscena incondicional. E a “violência divina” do povo [conceito benjaminiano] é correlativa deste excesso de poder. Ela é a sua contrapartida, toda ela dirigida contra ele para o minar.” Este é aliás um tema também caro a Badiou. Na obra “Le Plus Sublime des Hystériques. Hegel avec Lacan”, Žižek promete, no início, abordar “o carácter profundamente paradoxal da democracia” (p. 18).

¹² Articulando-os num discurso que nos obriga a saltar de tema em tema e dificultando a almejada síntese que, academicamente, nos habituámos a querer extrair dos argumentos, mas sempre reportando tais tópicos teóricos à realidade política, social e cultural contemporânea.

¹³ O poder tende sempre para um excesso de gozo – *plus-de-jouir* –, no sentido de Lacan – que por sua vez se inspirou como se sabe no conceito de mais valia – *plus-value* – de Marx.

E, de facto, numa rubrica intitulada “O Povo não Existe” (p. 358 e segs.), integrada em toda a secção do trabalho dedicada a definir o totalitarismo, e inspirando-se em Claude Lefort, Žižek discute o bem conhecido paradoxo da “invenção democrática”. Ou seja, são os sujeitos do poder (no duplo sentido, bem sabido, de sujeitos e de assujeitados) que, ao mesmo tempo, detêm em última análise o mesmo poder soberano: o poder não vem de fora nem muito menos de cima, é co-extensivo à própria comunidade dos indivíduos. Este paradoxo mostra o carácter vazio do lugar do poder: o trono não pertence por natureza a ninguém, quem se senta nele representa um Soberano que não existe. Pois o povo (como vimos já) de facto não existe, é, como escreve Žižek, “uma entidade puramente negativa: àquele que reina, ele lembra que está apenas a ocupar o lugar vazio do soberano impossível.” No momento das eleições das democracias formais burguesas, dá-se uma ficção que, com todas as suas “impurezas” e “manipulações” (sem as quais, afirma o autor apoiando-se em Hegel, a própria Universalidade do ato resultaria no seu contrário), apesar de tudo significa um risco, uma suspensão das hierarquias: cada eleitor, cada indivíduo atomizado participa nessa ficção da decisão pelo voto.¹⁴

O auto-governo para que tenderia ideal e utopicamente qualquer democracia sem dominação (implicando em última análise a dissolução do Estado) é evidentemente um mito. Como escreve Catherine Colliot-Thélène, e aliás qualquer um sabe, “(...) a estrutura dissimétrica do poder é constitutiva daquilo que designamos como política (...)” (pp. 11-12).¹⁵

3. NEOLIBERALISMO

Como é bem sabido, nos anos 30 do século XX, o pensamento capitalista começou a desenvolver novas possibilidades de resolver as “crises” intrínsecas ao seu sistema. Uma dessas possibilidades foi a neoliberal, hoje dominante, e que se viria a consolidar no Colóquio Walter Lippmann, de Paris, em 1938, organizado por Louis Rougier, colaborador do governo de Vichy. Conhecidos ideólogos desta “solução” (alternativa tanto em relação aos ensaios nazi-fascistas, como às democracias formais típicas do mundo burguês – “Estado social” –, nomeadamente no pós-guerra) foram o alemão Rustov, o austríaco Hayek, etc., juntando-se também a todo este “ovo da serpente” a criação em 1947 da “The Mont Pelerin Society”, à qual se ligou, por exemplo, o filósofo Karl Popper. Era todo um programa anti-keynesiano, anti-soviético, anti-progressismo terceiro-mundista. Basicamente tratava-se de fazer face, radicalmente, a qualquer veleidade de socialismo (ou seja, de “democracia” no seu sentido eventualmente mais amplo). Nesta corrente tornou-se dominante, a partir dos anos 60, a chamada Escola de Chicago, com a figura “carismática” de Milton Friedman à sua frente. É este programa ideológico

¹⁴ Ao contrário, nos países do “socialismo real”, as eleições eram resolvidas de antemão, não havia surpresa, ou “irrupção do real”, como escreve o autor (ib., p. 364): eram plebiscitos. Aqui creio que seria necessário acrescentar, evidentemente, que nas sociedades burguesas, demoliberais, o eleitor participa, sempre, num jogo que sabe de antemão não ser, de modo algum, igualitário, antes viciado: nem cada força concorrente ao lugar vazio tem as mesmas potencialidades de o ocupar, nem cada cidadão individual tem capacidades análogas de juízo para poder avaliar qual a justeza de voto do ponto de vista dos seus interesses de classe. Trata-se portanto de uma encenação. Mas toda a legitimação foi, sempre, uma forma de encenação, porque todo o poder é uma encenação, com o lado obscuro que acarreta.

¹⁵ Sobre o livro v. o comentário de Norbert Lenoir, 2012.

que vai sustentar toda a teoria e prática do neoliberalismo, desde Thatcher, Reagan, terceira via do Labour com Blair, etc., num ataque muito violento aos direitos laborais e sindicais, e, por extensão, na erosão da própria classe média, ataque esse consubstanciado ultimamente nas políticas europeias dominadas pela financeirização, e impostas aos países do Sul do continente, como Portugal. Trata-se de uma forma inédita de concentração do capital, em que a "austeridade" e a ideologia culpabilizante da "dívida" são criadas e impostas por entidades não eleitas superiores aos Estados, para, basicamente, extorquir às populações o seu rendimento concentrando os benefícios numa minoria. Aspectos mais moderados deste programa, ou até as suas próprias oscilações (é bem conhecido o carácter adaptativo e dinâmico do capitalismo) não chegam para esconder aos olhos de cada vez maior número de pessoas que o sistema neoliberal não é um sistema "amigo" delas, da sua qualidade de vida; é antes um sistema tóxico, produtor de crises e de catástrofes, as quais são inevitáveis. Como imaginar – para voltar à pergunta básica – uma solução para tão sistémico e globalizado problema? Não existe tal solução: essa inexistência é precisamente uma das suas características: o fechamento do horizonte das alternativas. Apesar disso, a obscenidade do sistema, corporizada nas "maneiras" de proceder (e temíveis consequências) de muitos líderes, é patente; também existe ainda, para algumas pessoas que dispõem de tempo, factor crucial nestes pontos críticos, a possibilidade de pensar. Essas pessoas têm hoje uma responsabilidade acrescida; encontrando-me entre elas, assumo-a inteiramente. Sim, perder o medo de pensar, serena mas radicalmente, para fazer face, e aproveitar brechas, antes de tudo ao nível da consciência alienada dos cidadãos, em que se apoia um sistema totalitário de cariz novo, porque radicalmente doentio e anti-humano, dispondo de sistemas inéditos de entretenimento e adormecimento dos afectos colectivos, e que pode conduzir à catástrofe global. Nunca foi tão importante como hoje pensar, abrir os olhos, fazer ver.¹⁶ O neoliberalismo cria a fragmentação dos indivíduos, pois que um dos seus inimigos é a noção de comunidade. O neoliberalismo é a outra face de todos os extremismos, incluindo o terrorismo urbano, que pode explodir em qualquer lado e em qualquer lugar. Ninguém está seguro neste mundo agressivo, extremamente maquinico. Alguns invocam o "humanismo", ou o regresso a uma política mais distributiva, não vendo que isso é hoje em dia, a prazo, praticamente impossível, que essas visões da realidade foram ultrapassadas pelo pensamento e prática capitalistas globalizadas, que a própria religião não passa de uma organização piedosa, mas que nada pode fazer de estrutural pelas pessoas, a não ser dar-lhes um conforto moral temporário que vai permitindo, nas suas costas, a progressão do cilindro compressor... e assim, perversamente, dizendo coisas importantes, vai em larga medida sendo cúmplice, na prática, de uma situação opressora e injusta. Este o imperativo ético do presente. Acordar, fazer o esforço de pensar. Escolher muito bem as fontes de informação e tentar atuar. Não se trata de enfrentar uma realidade global com as mesmas armas que ela tem, e são poderosíssimas, tanto as visíveis como as invisíveis. Trata-se de criar comunidade. Porque a maior parte das pessoas são generosas quando chamadas pelas circunstâncias que pedem solidariedade. Mas são atitudes pontuais, que mascaram o seu conformismo. Em pano de fundo persiste a ideia de "cada um por si", que tanto leva alguns à glória, muitas vezes súbita e fácil, como a maioria à progressiva deterioração da vida e mesmo da dignidade humana. Trata-se de tentar fazer perceber que é preciso

¹⁶ Pois a insatisfação de muitos, sem objetivo nem ocupação, leva-os precisamente ao desespero perigosíssimo do despeito, da depressão, do suicídio, da agressividade, do terrorismo, do radicalismo das ações criminosas, que são hoje uma fonte de inquietação permanente, de mal-estar, desconforto, insegurança, corrupção, suspeita mútua, etc.

uma sociedade não voltada para o lucro, para a posse, para o êxito individuais, mas tudo ao contrário, uma sociedade que se mova pelos valores da cultura, da educação, da partilha, da hospitalidade, da felicidade, do bem-estar, o que não passa pela posse de bens, mas pela posse de uma consciência tranquila e generosa. Utopia? Sim. Mas uma utopia motivadora de um possível mundo salvador, ou talvez menos criminoso, mais saudável, *versus* uma outra utopia, em que estamos imersos, e que nos conduz à desgraça.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto deve ver-se apenas como uma simples etapa de um percurso, percurso esse de busca “filosófico-política”¹⁷ materialista dialéctica. Por materialista entende-se uma visão do mundo desprovida de transcendência (crença num qualquer grande Outro, inexistente), e por dialéctica entende-se uma visão da historicidade que só pode ser explicada por uma tensão de contrários, não no sentido de uma teleologia, mas aberta à contingência radical, a qual, retrospectivamente, aparece como necessidade. Isto dito em termos evidentemente muito simples e esquemáticos. Assim, a formação sócio-económico-ideológica que designamos capitalismo, agora na sua fase neoliberal, destina-se, como qualquer outra, a desaparecer, de forma contingente, contingência essa que, após se consumir, há de aparecer retrospectivamente como necessária. Se aquele mundo que hoje conhecemos e em que estamos insertos levar muito tempo a ser superado, creio, é a própria sobrevivência da humanidade e do planeta que estão em risco, risco esse iminente. Daí, mais que nunca, uma atitude conduzida por imperativo ético, no pensamento, e na atenção crítica deste, ao que acontece, e sua presença responsável, na medida do possível, nos inúmeros “teatros” em que o sistema a todo o momento apresenta fissuras e disfunções. Se por democracia eventualmente se entendesse o processo radical, utópico, que levaria à criação de uma vida no planeta que fosse capaz de criar condições de “liberdade, igualdade e fraternidade” para o comum das pessoas (portanto, tendencialmente, todas as pessoas), sim, essa ideia teria sentido, mas não terá nada a ver com as suas acepções atuais ou passadas, como vimos. Se o pensamento puder diluir-se e partilhar-se, não como uma mercadoria, mas tendencialmente como um “factor superior de hominização”, básico para a felicidade dos seres (realização do humano na sua integralidade e universalidade concreta), então sim, o pensamento será, finalmente, património colectivo. É por esta utopia, imanente, materialista, desprovida de quaisquer tutelas situadas num plano superior ao humano comum (tutelas que são projecções imaginárias de uma proteção/autoridade paternal ou outra), é por este sentido da historicidade humana que, creio, vale a pena continuar a pensar e a “lutar”, tanto ao nível individual como colectivo. Claro que tal horizonte, que tudo concorre para não nos deixar ver, nem sequer conceber, existe, tem de existir, em nome da nossa salvação neste mundo.

¹⁷ Entre aspas, porque não foi tal o campo de pesquisa prosseguido por mim, e que me levou, ao longo da sua vida, de um cristianismo ingénuo da infância-adolescência, a um marxismo-leninismo pouco aprofundado da juventude, a um certo relativismo pós-moderno desconstrucionista numa fase já mais madura, e finalmente à compreensão do carácter conservador (isto é, criando impasse e como tal paralisia) de qualquer teoria que não seja afirmativamente materialista, por um lado, e dialéctica, por outro.

E a própria afirmação da sua existência é o mais importante ato – de pensamento e de ação - no momento presente. Tal não é uma “solução”, nem uma “resposta”. Simplesmente, é, enuncia-se, contra todas as outras pretensas evidências. Há hoje alguns pontos da nossa atualidade comum que estão claríssimos. A fase capitalista neoliberal, com as suas características mais que conhecidas, não tem ainda fim à vista, nem alternativa ou projeto credível que se lhe possa contrapor. Um dos seus projetos é acabar, mal possa, com o que resta da social-democracia e do Estado social que lhe era inerente, ou seja, com um sistema de redistribuição do capital financeiro e social pelas classes menos favorecidas, assim permitindo a existência de uma chamada classe média que foi, em termos numéricos, uma importante sua beneficiária e apoiante. Essa “classe média” foi erodida pelas políticas austeritárias e castigadoras dos últimos anos de “crise”, que visaram sobretudo criar “exemplos” do “castigo” que poderia acontecer a todos (cidadãos ou Estados) que procurassem uma alternativa radical à marcha irracional dos acontecimentos (irracional em termos da grande maioria das pessoas, evidentemente). Os crentes na social-democracia (não os que a usam cinicamente como slogan) estão numa posição de defesa e de recuo, para “evitar o pior dos males”, e portanto em derrota progressiva, tentando adiar a abdicação total. A prática e a teoria capitalista neoliberais são exclusivamente baseadas num valor e seu culto, o do lucro, do dinheiro, em detrimento de quaisquer outros, excluindo grande parte da humanidade e concentrando os recursos e o bem-estar numa minoria extrema; podemos assim falar, como diversos autores o têm feito, numa religião capitalista, religião essa que é hoje hegemónica, mesmo nas áreas do mundo em que se sobrepõe a tradições culturais e religiosas muito diversas, e onde a revolta pode assumir justificações religiosas, mas em última análise é uma revolta não tanto contra o que o capitalismo fornece, mas contra o facto de muitas populações, desejosas de acederem ao consumo capitalista, se saberem excluídas para sempre dele. De um ponto de vista de uma ética humanitária, social-democrata, e mesmo de acordo com a tradição cristã no que esta tem de melhor, ou seja, na sua faceta da “teologia da libertação” ou mesmo simplesmente do “amor ao próximo”, o ethos do neoliberalismo é impudico, obsceno, criminoso, corrupto, pecaminoso mesmo, se quisermos usar uma linguagem religiosa. Os Estados já não controlam o poder financeiro globalizado, a ponto de terem ascendido à liderança de muitos países, ou outras organizações, indivíduos ou cliques que visam a implementação definitiva do neoliberalismo, da religião do mercado, e de organizações no fundo ilegais mas com poder efetivo de impor as suas leis à escala mundial, nacional e local. O mundo dos interesses (lucros), confundido com o Mundo inteiro, está dominado em larga medida por entidades não eleitas nem escrutinadas, por mafias e gangs que em alguns casos tomaram o poder do Estado ou o controlam totalmente sem se comprometerem diretamente com a tarefa rotineira e pesada da administração, da polícia, da repressão, da cobrança de taxas, etc. - esses gangs caracterizam-se por altos rendimentos e por uma vida hedonista¹⁸. As máquinas e a robotização progressiva permitem ao capital ampliar-se e concentrar-se numa infima minoria, sem terem tanto de se preocupar com “recursos humanos” como factor de produção, como no passado. Quer dizer, o trabalho está em desvalorização acentuada e progressiva em relação ao capital, e mesmo muitos dos pequenos empresários-trabalha-

¹⁸ Nada tendo a ver com o tradicional capitalista, empreendedor no bom sentido, e trabalhador (incluindo o capitalista paternalista para com os seus empregados, típico das pequenas empresas tradicionais, etc.), construindo empresas para gerar empregos e lucro que redistribui pela sociedade.

dores entram na falência e descem no elevador social, tornando-se de facto proletários.¹⁹ A diferença entre a esquerda e a direita políticas tornou-se mais nítida com esta revolução conservadora, sendo hoje em dia impensável uma revolução que se lhe oponha, tal a sofisticação e o poder mortífero do armamento que possuem os grandes Estados para reprimir qualquer revolta que ultrapasse os limites compatíveis com a contínua acumulação de capital e a proteção do grandes bancos, os quais, quando entram em falência, têm sempre em sua salvaguarda a proteção dos mesmos Estados, ou seja, os recursos vão aos bolsos dos cidadãos para aquelas empresas financeiras, coração do sistema, voltarem a capitalizar-se.²⁰ A ideia de Marx de que o proletariado – que hoje se deveria entender de maneira mais vasta como incluindo todos aqueles cujo capital principal é a sua própria força de trabalho, é o seu trabalho, em desvalorização constante (porque substituído por máquinas e equipas de “experts” ao serviço do Capital) – transportaria em si a possibilidade da redenção não é crível, hoje; os antigos proletários ou desapareceram, ou se transformaram em novos proletários, e mesmo no seu sentido extremo, ou seja, pessoas cujo trabalho se tornou excedentário e portanto excedentárias também as suas próprias existências (desempregados, refugiados, sem-abrigo, sem papéis, enfim, massas imensas de desprotegidos – biliões de pessoas - sem qualquer hipótese de se unirem ou de formularem qualquer movimento redentor ou emancipatório) e, ainda, numa cada vez maior minoria, antigos proletários que se converteram totalmente ao “bem-estar” da sociedade de consumo e do seu intrínseco hedonismo, presentismo festivo, etc.

¹⁹ Essa máquina é evidentemente predadora dos interesses da humanidade e ameaça mesmo, agora já a curto prazo, a sua sobrevivência e a do planeta.

²⁰ A maior parte das pessoas, mesmo sentindo e percebendo, ou sofrendo diretamente na pele (parcial ou totalmente) a verdade inofismável do que muito esquematicamente se disse atrás (o Estado está ao serviço do capital que o domina, e o capital é uma máquina cega que só visa mais capital e nas mãos de cada vez menor número de entidades, que não só definem a economia e a ajustam continuamente aos seus interesses, como, através dos media de todos os tipos, conformam a ideologia individual e colectiva, através do divertimento, distração, numa palavra, alienação) têm medo, ou sentem-se impotentes para reagir, retraíndo-se sobre os seus interesses particulares ou de família, “clã”, grupo de interesses, por forma a (na sua fantasia) não se deixarem “contaminar” pelo ambiente violento e predador “lá de fora”. Portanto, o avanço das forças reacionárias e contrárias à emancipação e felicidade da maior parte dos seres humanos – novas formas de autoritarismo de muitos e diversos matizes – é acompanhado de um cinismo total por parte dos cidadãos acomodados, mesmo que se reclamem de partidos ditos de esquerda ou neles militem. As pessoas que têm posses procuram reproduzir os seus privilégios junto dos filhos e, de um modo geral, reproduzir a sua segurança – também potencialmente ameaçada – por todas as formas ao seu alcance. Os muros crescem no mundo, materializando na prática espacial as diferenças profundas das classes e da sua abissal diferença. Os chamados partidos de esquerda, tendo de participar, para manter algum espaço de atuação sem repressão (mas sujeitos a uma censura sub-reptícia e muito inteligente por parte da máquina de propagação dos media), no jogo viciado da chamada democracia demoliberal parlamentar, estão no mesmo campo desse mesmo jogo que em última análise pretendiam combater, e portanto vivendo um assumido cinismo que lhes é imposto, sem recursos que lhes permitam de facto exercer uma verdadeira oposição; a sua oposição é apenas de carácter atenuador do pior, à defesa, e não uma posição frontal que, infelizmente, implica, como a história tem demonstrado, algo que ninguém deseja e todos temem, o eclodir da violência física. Tal violência, em regra arbitrária, está assim pois monopolizada pelos aparelhos ideológicos (no sentido de Althusser) e repressivos do Estado, dos Estados, e, para lá deles, e como seus mandantes, pelos organismos internacionais que controlam o mundo em nome do Capital globalizado, centralizado, e predador. Neste sentido, o pensamento não tem qualquer hipótese de formular uma teoria global que acompanhe a dinâmica intensa, alucinante, e se contraponha à teoria e prática global neoliberal, apoiada em “think tanks” altamente bem pagos, estando nesse afrontamento totalmente manipulado à partida, e circunscrito a grupos pequenos de intelectuais, que na sua maioria são oriundos de própria burguesia, e portanto veem claramente os problemas, mas não têm condições de os subjetivar na prática, enquanto os resquícios do chamado Estado social ainda os protegerem ou até os usarem como válvula de escape. Na verdade, a burguesia permite a existência de minorias cultas que são as únicas que detêm os instrumentos de compreensão da realidade global do ponto de vista das esquerdas, mas essas não têm tradução em maiorias sociológicas, estas total ou parcialmente alienadas e fragmentadas; existe mesmo, iniludivelmente, aquilo a que alguns chamam, por vezes injusta e rudemente, a “esquerda caviar”, ou seja, um pensamento que equaciona os problemas com lucidez, mas por aí se fica, exibindo até por vezes essa capacidade como uma imagem distintiva, como um capital, impotente como é para passar da imagem à prática (com quem? de que modo? Etc., etc.)...

Quem são os mais afectados por toda esta situação? Evidentemente as crianças, na sua maioria, e os jovens, que se encontram sem qualquer suporte de sentido e portanto de futuro, isto é, desmunidos de dar um rumo às suas vidas, e portanto potenciais candidatos à “carreiras” “desviantes”, mesmo criminosas, ou tendentes a levá-los ao desespero e à morte, o que, para o sistema como um todo, nada importa: são apenas números, como qualquer um de nós, na sociedade digital e cada vez mais permeada pelas aplicações da “inteligência artificial”. Esta, e suas “conquistas”, é apresentada como benéfica (e sem dúvida contém potencialidades imensas) mas na prática comandada pelas mesmas forças que promovem o neoliberalismo à escala global, e cujo principal inimigo é, declaradamente, o bem comum, a própria noção de “comum” em geral.²¹ Evidentemente, a situação apocalíptica (agora sim, podemos aplicar apropriadamente esta palavra, porque a situação é verdadeiramente grave) descrita, e que todos conhecemos, é de teor a fomentar permanentemente o crime – e vemos-lo todos os dias a acontecer – o ressentimento, a violência (não só física, mas também psicológica, quer dizer, o enlouquecimento das pessoas, lutando umas contra as outras, por vezes variando de atitude de forma inesperada e súbita, como se tivessem ensandecido), o terrorismo, a corrupção, os egos inflamados, ou seja, as doenças psicossociais que fazem do nosso ambiente um clima social suspeito, malsão, doentio, com quebra da solidariedade e aumento imenso da depressão e mesmo de muitas doenças físicas, que têm a ver com a doença do ambiente, da contaminação dos alimentos, com as tragédias resultantes da destruição do meio em que vivemos (fogos incontroláveis, seca e perda progressiva do bem mais essencial à vida que é a água, contaminação das águas e das cadeias alimentares, extinção de espécies, destruição de florestas, etc., etc.). Entretanto, os governos, mesmo os “melhor intencionados”, são hoje em dia meros aparelhos de gestão corrente, promotores de factos de enunciação (por via dos media), de acontecimentos, eventos e espetáculos, sem qualquer capacidade de se opor, mesmo que o desejassem, à dinâmica internacional do Capital, ou mesmo em alguns casos procurando ativamente colaborar com ela, no interesse de grandes ou pequenas mafias acima referidas. Evidentemente, o populismo (a criação de uma constante “sentimentalização da sociedade” face ao líder) é a atitude mais fácil e mais eleitoralmente recompensadora, pelo menos no curto prazo; é na TV que a maior parte das figuras políticas inicia ou mantém o seu percurso. A impunidade aparente de certos governos corruptos, que enriqueceram desmesuradamente, ou até a própria existência de “offshores” ou paraísos fiscais são, em si mesmos, sintomas da obscenidade do sistema. Dito isto, parte da população refugia-se (muito compreensivelmente, o que deve suscitar todo o respeito, porque se trata de crenças arraigadas e “sinceras”), na religião, nas muito diversas religiões hoje à escolha, entendidas como formas de refúgio e de procura de protecção e sobretudo de narrativas, mais ou menos fictícias, de sentido – uma vez que o capitalismo neoliberal predador implica a perda do sentido colectivo, tem mesmo esse objetivo ideológico-pragmático principal – e em todos os comportamentos “irracionais” que se conhecem. O que não implica, evidentemente, que não haja ainda um muito significativo número de pessoas e de entidades extremamente úteis, honestas, que procuram não só viver e realizar os seus objetivos da forma mais condigna ao bem próprio e ao bem comum; mas é surpreendente como certas pessoas com formação escolar se deixam contaminar pelas formas mais incríveis de irracionalidade

²¹ Lembremo-nos das palavras profeticamente terríveis de Margaret Thatcher, de que nunca tinha visto sociedades, mas apenas indivíduos...

e de refúgio. Estas últimas “formas de fuga” – de pessoas e entidades – são a válvula de escape da “panela de pressão” social que, de outro modo, não tendo tal escape, teria já provavelmente dado lugar a catástrofes muito maiores; mas, ao mesmo tempo, atuam como paliativos que vão aguentando o sistema tal qual o conhecemos.

Que fazer? Não sei. Nem apelo a ninguém que saiba, porque sei que ninguém sabe. E quem seria esse “alguém” redentor que poderia ou desejaria saber? Não um Alguém abstracto universal, mas alguém que falasse em nome, ou representasse, um universal concreto, ou seja, uma força ou princípio capaz de se opor à deriva suicidária do neoliberalismo. De modo que o diagnóstico está feito, mais que feito por inúmeros autores (trata-se apenas de ter tempo e disposição para com eles aprender), há remédios paliativos, sim, mas não há um “antibiótico” ou “cirurgia” eficaz para nos livrar do cancro e suas metástases que tomaram conta da humanidade, neste fim da segunda década do século XXI.²²

Loures, dezembro de 2017

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio (2015), *La Guerre Civile. Pour une Théorie Politique de la Stasis*, Paris, Éditions Points.
- AGAMBEN, Giorgio (2002), *Moyens Sans Fins. Notes sur la Politique*, Paris, Éditions Payot & Rivages.
- AGAMBEN, Giorgio (2017), *Creazione e Anarchia. L' Oppera nell' Èta della Religione Capitalistica*, Vicenza, Nelli Pozza Editore.
- BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj (2017), *Après L'Émancipation. Trois Voix Pour Penser la Gauche*, Paris, Seuil.
- CANFORA, Luciano (2007), *A Democracia. História de Uma Ideologia*, Lisboa, Edições 70.
- CHOMSKY, Noam (2016), *Quem Governa o Mundo?*, Lisboa, Editorial Presença.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine (2011), *La Démocratie Sans "Demos"*, Paris, PUF.
- FISHER, Mark (2009), *Capitalism Realism. Is There No Alternative?*, Winchester, O. Books.
- FOUCAULT, Michel (2008), *Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)*, São Paulo, Martins Fontes.
- HAMZA, Agon & Frank Ruda (eds.) (2016), *Slavoj Žižek and Dialectical Materialism*, New York, Palgrave Macmillan.
- HARVEY, David (2011), *O Enigma do Capital. E as Crises do Capitalismo*, Lisboa, Bizâncio.
- HARVEY, David (2014), *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*, London, Profile Books Ltd.

¹⁵ Tudo o que foi dito neste ensaio não visa convencer ninguém nem é um manifesto, ou protesto, nem tem qualquer outra intenção que não seja afirmar o seguinte: por mim penso que o essencial, para quem possa, é parar para ler, estudar, refletir, contactar e debater com outros, e fazer, lá onde pequenas fissuras se notam (como estas pequenas brechas que às vezes aparecem nos edifícios mais imponentes) o trabalho de informação (auto e altero-informação) que permita o esclarecimento; e nunca parar enquanto se puder. Porque o conhecimento esclarecido – e esse só colectivamente pode ser construído, pacientemente, teimosamente, contra toda a alienação, contra todo o irracionalismo, contra toda a explicação fácil, contra todo o senso-comum, contra toda a mesquinhez e maldade das pessoas, contra toda a maquiavélica máquina da burocracia e do poder – é a condição da nossa - minha e sua, leitor(a) – humanidade. Dignidade intrínseca a todo o ser humano, no seio de todos os outros seres. Foi isso que pretendi ao lançar o “call”, como agora se diz, para este Colóquio.

- JAMESON, Fredric (1991), *Postmodernism or, The Cultural Logic of Late Capitalism*, London, Verso Books.
- KLEIN, Naomi (2012), *La Doctrina del Shock. El Auge del Capitalismo del Desastre*, Barcelona, Editora Planeta.
- KLEIN, Naomi (2017), *No Is Not Enough. Defeating the New Shock Politics*, Londres, Penguin Random House.
- LEFORT, Claude (1981), *L'Invention Démocratique. Les Limites de la Domination Totalitaire*, Paris, Fayard.
- LENOIR, Norbert (2006), *La Démocratie et son Histoire*, Paris, PUF.
- LENOIR, Norbert (2012), "Peuple et démocratie", in *laviedesidees.fr.*, 5 janvier 2012.
- MASON, Paul (2016), *Pós-Capitalismo. Um guia para o nosso futuro*, Lisboa, Penguin Random House.
- MOUFFE, Chantal (2005), *The Democratic Paradox*, Londres, Verso Books.
- MÜLLER, Jan-Werner (2017), *What is Populism?*, Londres, Penguin Random House.
- VV.AA. (2009), *Démocratie, Dans Quel État?*, Paris, La Fabrique éditions.
- WEBER, Max (2015), *La Domination*, Paris, La Découverte/Poche.
- ŽIŽEK, Slavoj (2011), *Le Plus Sublime des Hystériques. Hegel Avec Lacan*, Paris, PUF.
- ŽIŽEK, Slavoj (2011), *Em Defesa das Causas Perdidas*, São Paulo, Boitempo Editorial.
- ŽIŽEK, Slavoj (2015), *Moins Que Rien. Hegel et L'Ombre du Matérialisme Dialectique*, Paris, Fayard.
- ŽIŽEK, Slavoj (2015), *Problemas no Paraíso. O Comunismo Depois do Fim da História*, Lisboa, Bertrand Editora.
- ŽIŽEK, Slavoj (2016), *Contragolpe Absoluto. Para Una Refundación del Materialismo Dialéctico*, Madrid, Ediciones Akal.
- ŽIŽEK, Slavoj (2017), *A Coragem do Desespero. Crónicas de Um Ano em Que Agimos Perigosamente*, Lisboa, Relógio d'Água.